

PARTIDOS

Flávio e Michelle têm “conversa de adultos”

PL suspende negociação com PSDB para apoiar Ciro Gomes ao governo do Ceará após reunião entre a ex-primeira-dama e o filho do Bolsonaro, em Brasília

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNANDES

O presidente do PL no Ceará, deputado estadual André Fernandes, afirmou, ontem, que as negociações do partido com o PSDB de Ciro Gomes para a disputa do governo estadual, no ano que vem, estão “paralisadas”. A declaração foi feita em Fortaleza, após um encontro na sede nacional do PL, em Brasília, que reuniu a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o presidente da agremiação, Valdemar Costa Neto, os senadores Rogério Marinho (RN) e Flávio Bolsonaro (RJ), além do próprio André. No último fim de semana, Michelle fez duras críticas ao PL cearense, que havia declarado apoio ao ex-governador Ciro Gomes.

Após a reunião, Flávio Bolsonaro minimizou o episódio, caracterizando como um “ruído de comunicação”. Segundo ele, todas as partes chegaram a um entendimento, e ficou claro que ambos estavam tentando acertar: “Conversamos como adultos e tratamos das peculiaridades do estado do Ceará. Cada local tem sua realidade e, como pessoas adultas e maduras que querem resgatar o Brasil, o que identificamos foi um ruído de comunicação, com a Michelle falando com o coração e com a verdade que ela carrega, e, do outro lado, a nossa maior liderança no Ceará, o André Fernandes”, disse.

O senador afirmou, ainda, que, apesar da confiança que depositam no presidente do PL no Ceará, as tratativas estavam ocorrendo de forma prematura. “É um deputado exemplar, que nos surpreende pela maturidade e pela clareza com que enxerga o jogo político como poucos. É uma pessoa que conta com a nossa total confiança também. Em função desse ruído na comunicação — já que todas as tratativas sobre os estados do Brasil vinham acontecendo de forma preliminar, mas vieram de forma prematura no Ceará — chegamos à conclusão de que precisamos combater o projeto do PT no Ceará. Precisamos de um projeto que reduza as forças do PT naquele estado, que é o adversário que temos em cada estado”.

Flávio Bolsonaro garantiu que não haverá novos desentendimentos entre André e Michelle, pois, agora, todo o grupo está alinhado. “São duas pessoas com percepção ideológica que sabem da importância de

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



Michelle e Flávio Bolsonaro divergem em relação às articulações do PL no Ceará, mas anunciam entendimento



Conversamos como adultos e tratamos das peculiaridades do estado do Ceará. O que identificamos foi um ruído de comunicação, com a Michelle falando com o coração e com a verdade que ela carrega, e, do outro lado, a nossa maior liderança no Ceará, André Fernandes”

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador

defendermos nossos princípios. Demos um passo importante de amadurecimento; daqui para frente, vamos conversar entre nós. Nós três estamos pensando no Brasil e no presidente Bolsonaro; estamos pensando em como estruturar o projeto para 2026. Foram duas pessoas querendo acertar, e não vai acontecer novamente”, afirmou Flávio.

“Barulho infernal”

Ele tentou justificar o pouco tempo de visita e o estado de saúde do pai para tratar temas sensíveis. Segundo o senador, alguns assuntos precisam ser levados com

maior cuidado para Jair Bolsonaro, que só tem uma TV com canal aberto, que não tem acesso a tudo. “Eu só tenho 30 minutos por semana para falar com nosso líder e com o pai também; tenho de dividir esse tempo para conseguir tratar da saúde dele, que estava com soluço e refluxo, com uma sala ao lado com barulho infernal do ar-condicionado central. É um inocente passando por tudo isso. Eu tenho de falar com ele com cuidado por tudo que ele já vem enfrentando. Não há divergência, nem briga, nem confusão. Ela tem toda a razão de se indignar”, reafirmou, dando apoio às críticas feitas pela ex-primeira-dama.

Em seguida, o deputado afirmou que acataria a decisão e a ordem do diretório nacional de repensar e pausar as articulações. “Como presidente do Partido Liberal no Ceará, estou aqui para dizer que faremos a composição em conjunto e que acato a ordem do diretório nacional, do presidente Valdemar e do presidente Bolsonaro, que, lá atrás, me haviam autorizado a executar as articulações. Vamos dar uma pausa; vamos repensar e vamos analisar melhor as articulações”.

Após as justificativas do senador, André Fernandes declarou que as tratativas estaduais ocorreram sob orientação da direção nacional do PL. Apesar de concordar com a fala de Flávio, ele fez questão de afirmar, por diversas vezes, que tanto o senador quanto o ex-presidente Bolsonaro, o líder do PL no Senado, Rogério Marinho, assim como Valdemar Costa Neto, sabiam das negociações. “A movimentação que fizemos lá, desde abril, tem por objetivo alertar a população sobre o quanto perigoso é o PT. Tentamos fazer uma aliança e uma composição para derrotar o PT, e o presidente Bolsonaro estava ciente. Flávio estava ciente, Rogério Marinho estava ciente; apenas a primeira-dama não estava a par, e houve um ruído de comunicação”, declarou.

Em seguida, o deputado afirmou que acataria a decisão e a ordem do diretório nacional de repensar e pausar as articulações. “Como presidente do Partido Liberal no Ceará, estou aqui para dizer que faremos a composição em conjunto e que acato a ordem do diretório nacional, do presidente Valdemar e do presidente Bolsonaro, que, lá atrás, me haviam autorizado a executar as articulações. Vamos dar uma pausa; vamos repensar e vamos analisar melhor as articulações”.

Relator defende mandato de Zambelli

Reprodução/Dailymotion



Presa na Itália, Zambelli obteve o apoio do relator do processo de cassação

disponibilizado de início. Eu precisei solicitar novamente ao presidente da CCJ para que fizesse oficialmente essa requisição ao ministro relator. Somente após uma segunda provocação este documento foi encaminhado, e mesmo assim com reforço do sigilo”, disse.

Para o relator, é a primeira vez que a CCJ analisa um caso desse nível de complexidade. Ele relatou entraves para obter autorização da Justiça italiana para ter acesso à deputada, que está presa, e limitações impostas pelo sigilo judicial.

“Os dados estavam em uma sala fechada na CCJ, acessível somente aos parlamentares, mas, na minha

opinião, eles deveriam ser públicos e acessíveis a todos, inclusive à imprensa, uma vez que se trata de uma decisão que já transitou em julgado.”

O relator enfatizou que a deliberação da Câmara não trata de faltas ao mandato, atribuição da Mesa Diretora, mas da análise política de uma condenação criminal com trânsito em julgado, cuja consequência sobre o mandato cabe ao plenário.

Perseguição política

O relator diz, ainda, ter identificado elementos que poderiam indicar perseguição política na condução do processo, entre eles, o fato de o ministro

que julgou a ação ser também a vítima dos ataques. Para ele, a pena aplicada, em regime fechado, mesmo sendo a deputada ré primária, reforça as dúvidas que cercam o caso.

“A Câmara dos Deputados não pode tomar decisões que resultem em perda de mandato com base apenas em suspeitas que deixam margem para dúvida. No Judiciário, vale o princípio do *in dubio pro reo*. Aqui na Câmara, deve valer o *in dubio pro mandato*, e, na dúvida, deve sempre prevalecer a soberania popular”, argumentou. Para ele, a condenação se apoia, essencialmente, no depoimento do hacker Walter Delgatti.

O líder do PT na Casa, deputado Lindbergh Farias (RJ), informou que a bancada vai entrar com mandado de segurança no STF, dirigido ao presidente da Câmara e à Mesa Diretora, para obrigar o cumprimento do acordão que determinou o afastamento automático de Zambelli, e que, segundo ele, se aplica da mesma forma ao caso dos deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que estão nos Estados Unidos — o primeiro, foragido, e o segundo, preso, no STF.

Conforme apurado pelo **Correio**, apesar das restrições impostas pela Casa (como corte de salários), os três gabinetes seguem gerando cerca de R\$ 400 mil mensais ao erário, o que alimenta críticas internas e pressão de parlamentares de diversos partidos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Vidas Secas, o elo perdido entre o craque Reinaldo e o ator Wagner Moura

A decisão da Comissão de Anistia de reconhecer o ex-jogador José Reinaldo de Lima, ídolo do Atlético Mineiro e da Seleção Brasileira, como vítima da perseguição política da ditadura militar ilumina uma faceta menos lembrada, porém decisiva, da repressão brasileira: a violência cotidiana, difusa, que atingia não apenas militantes clandestinos, mas qualquer cidadão que ousasse romper o enquadramento simbólico e disciplinador imposto pelo regime.

Reinaldo não conspirava, não participava de organizações de esquerda. Era apenas um dos maiores atacantes de sua geração, um jovem negro, carismático, que comemorava seus gols com o punho cerrado, símbolo dos movimentos de direitos civis norte-americanos, que simbolizava autoestima, dignidade e autonomia. Para os generais e para a cúpula da antiga Confederação Brasileira de Desportos, aquele gesto era uma mensagem perigosa para os torcedores e demais jogadores.

A perseguição sofrida pelo atacante, agora reconhecida como violação de direitos pelo Estado brasileiro, revela como a repressão atuava para além dos porões. Ela se exercia também nos estádios, convocações para a Seleção, clubes e imprensa esportiva. O atleta foi observado, advertido, prejudicado, enquadrado. Reinaldo insistiu no gesto, contrariando o grau de controle social que o regime desejava impor. Para além do silêncio político, o regime promovia a domesticação simbólica de figuras públicas capazes de influenciar multidões.

Essa mesma dimensão da repressão, que escapava às prisões e torturas clandestinas, também é revisitada com força pelo vitorioso filme *O agente secreto*, de Kleber Mendonça Filho, que, ontem, foi proclamado vencedor do New York Film Critics Circle Awards, sendo o seu protagonista, Wagner Moura, premiado como melhor ator.

Depois de *Ainda estou aqui*, de Walter Salles Junior, com Fernanda Torres no papel principal, *O agente secreto* reinscreve o Brasil no debate global sobre as cicatrizes do autoritarismo, resgatando a atmosfera de vigilância e violência institucional que atravessava o cotidiano. Ao lado de *Pixote*, *Cidade de Deus* e *Bacurau*, o longa expressa uma cinematografia que denuncia a permanência da brutalidade de Estado no cotidiano dos cidadãos.

Essa é uma chave para a compreensão do país e, também, da violência instalada ainda hoje na sociedade brasileira, dos grandes centros urbanos aos grotões. Um exemplo dessa violência foi a atuação da Scuderie Le Cocc, o chamado “esquadrão da morte”. Formado por policiais, o grupo encarnou a mentalidade do “justiçamento” que deu origem à frase “bandido bom é bandido morto”, mais tarde popularizada como espécie de mantra da barbárie urbana, e que está aí, vivíssima, no debate sobre a política de segurança pública.

Violência difusa

A Scuderie não atuava à margem do Estado, era fruto de uma política de segurança que legitimava execuções sumárias, apoiada por parcelas da imprensa e celebrada por segmentos da população. Era o braço visível de um ecossistema violento que convivia com o braço invisível: o desaparecimento forçado de opositores políticos, prática que marcou profundamente a repressão da década de 1970. Para compreender esse sistema, é necessário enxergar sua raiz profunda: uma tradição secular de violência estatal no Brasil.

Essa tradição foi magistralmente sintetizada por Graciliano Ramos em *Vidas Secas* (José Olympio), na cena em que Fabiano, homem pobre, trabalhador e analfabeto, é espancado pelo Soldado Amarelo sem motivo, sem explicação e sem possibilidade de defesa. O protagonista, que mal domina as palavras, tenta compreender a lógica do acontecido, mas tudo que encontra é a arbitrariedade da autoridade, o peso brutal da farda e a certeza silenciosa de que não há justiça para gente como ele.

A violência contra Fabiano é estrutural, cotidiana, uma engrenagem do poder. Seu espancamento é a metáfora perfeita da relação histórica entre Estado e povo — sobretudo negros, pobres e trabalhadores — muito antes da ditadura militar. Esse é o elo perdido entre a anistia de Reinaldo e a magistral atuação de Wagner Moura.

Essa herança atravessou regimes, atravessou instituições e se transformou nos anos de chumbo em uma dupla máquina de repressão: de um lado, os esquadrões da morte que matavam a céu aberto; de outro, os aparelhos clandestinos que assassinavam no escuro, sequestrando corpos e memórias. A ditadura não inventou essa violência, aperfeiçoou, institucionalizou, usou-a a seu favor no combate aos inimigos declarados e aos imaginários.

Reinaldo foi um desses “inimigos imaginários”, fabricados por uma lógica que confundia dignidade com subversão. O caso do atacante reforça que a repressão não foi apenas política: foi também cultural, simbólica, pedagógica. O Estado buscava moldar comportamentos, sufocar gestos, controlar a expressão pública.

No futebol, objeto principal do ufanismo oficial, isso era evidente. Jogadores eram pressionados a encarnar o mito da “pátria ordeira”. Reinaldo recusou o papel. E pagou por isso. Somente agora, décadas depois, veio a reparação.

O CRAQUE NÃO PARTICIPAVA DE ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA, ERA APENAS UM DOS MAIORES ATACANTES DE SUA GERAÇÃO E COMEMORAVA SEUS GOLS COM O PUNHO CERRADO